

**CONTESTAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO POLÍTICA:
UMA EXPLORAÇÃO DOS PADRÕES EM
DIFERENTES PAÍSES E REGIÕES**

SUMÁRIO:

Editorial <i>Teresa Almeida Cravo</i>	1
Teoria P@X O Cosmopolitismo contra-hegemónico, um desafio aos Estudos para a Paz <i>José Manuel Pureza</i>	2-3
Primavera Árabe e Novos Media: da desconstrução do romantismo ao desafio de novas agendas de investigação <i>Sofia José Santos</i>	4-6
Observatório P@X 7	
Estudos P@X Pacificação da Democracia? Partilha de poder e Resolução de Conflitos no Quênia e Zimbabué <i>Alexandre de Sousa Carvalho</i>	8-10
A Revolução passiva em África: o novo Malawi de Joyce banda <i>Andrew Brooks</i>	11-12
As “rebeliões por pão” em Moçambique: o governo da Frelimo diante da contestação <i>Teresa Almeida Cravo</i>	13-15
No Radar	
Juventude e processos de afirmação na Cidade da Praia, Cabo Verde <i>Redy Wilson Lima</i>	16-17
A Crise na Ucrânia e as relações Rússia-UE <i>Maria Raquel Freire e Licínia Simão</i>	19-20
Viver a Paz <i>Promundo-EUA</i>	
Sotão do GEP	23-28

Em junho de 2013, membros da linha de investigação em Estudos para a Paz organizaram e participaram num painel intitulado “Contestation and Political Change: Exploring Patterns across Borders and Regions” na Conferência Europeia de Estudos Africanos, em Lisboa. O objetivo do painel era explorar as formas como emerge e se desenvolve a contestação política, recorrendo aos exemplos das revoltas populares no mundo árabe e na África Subsaariana, e assim contribuir para a compreensão dos fatores constrangedores e potenciadores da transformação política. Esta edição do P@x apresenta parte do trabalho discutido naquele evento e procura refletir sobre considerações teóricas e empíricas de forma a melhor entendermos as expressões populares de contestação – das massivas às mais limitadas, com maior ou menor impacto – que têm tido lugar no continente africano nos últimos anos

Não obstante a crescente probabilidade de contra-revoluções, que tem incitado as atuais análises mais pessimistas da chamada Primavera Árabe, a dimensão exata do seu impacto e a sua articulação com outras partes do continente e do mundo continuam em aberto e por estudar de forma aprofundada. Do mesmo modo, a pressa em declarar a África Subsaariana livre do potencial efeito de contágio das ondas de

contestação oriundas do Norte de África e do Médio Oriente parece negligenciar as múltiplas formas de protesto que se disseminaram a sul e que tiveram lugar antes e depois de 2011. Os diferentes resultados das várias mobilizações perante problemas estruturais similares ao nível da governação e de uma integração desfavorável no mercado global constituem um interessante ponto de partida para investigar estes diversos cenários políticos, a natureza das reivindicações dos cidadãos e das cidadãs e as respetivas reações dos regimes e das elites no poder.

Este número do P@x desenvolve este tópico, em primeiro lugar, em termos teóricos, com dois artigos: um de José Manuel Pureza, que se concentra nos conceitos de subjetividade e ação política, recorrendo às ideias de Negri e Hardt sobre império e multidude; e outro de Sofia José Santos, que explora os meios através dos quais a contestação pode ter lugar, questionando a atual perspetiva romantizada sobre o papel dos Novos Media Sociais Online nas revoltas no mundo árabe. Este boletim centra-se posteriormente em três estudos de caso: as chamadas “revoltas por pão” que tiveram lugar em Moçambique em setembro de 2010, por Teresa Almeida Cravo, que examina as dinâmicas entre as

reivindicações populares por uma transformação política e as estratégias governamentais para a imposição de uma agenda neoliberal; um artigo sobre o Malawi, da autoria de Andrew Brooks, que analisa a ascensão ao poder de Joyce Banda como exemplo de uma revolução passiva nos termos definidos por Gramsci; e, finalmente, os casos do Quênia e do Zimbabué, por Alexandre de Sousa Carvalho, que revisita o conceito de partilha de poder como forma de cooptação da contestação política.

Ainda neste número, “No Radar”, Redy W. Lima explora os processos de afirmação da juventude em cabo Verde, enquanto que Maria Raquel Freire e Licínia Simão analisam os últimos acontecimentos na Ucrânia. Finalmente, “Living Peace”, desenvolvido pela ONG Promundo-US, é apresentado na secção “No Radar, Projeto”.

Teresa Almeida Cravo

tcravo@fe.uc.pt

Investigadora, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.

P@X
Coordenação da Linha Estudos para a Paz /CES:
Maria Raquel Freire

Número temático organizado por:
Teresa Almeida Cravo e Sofia José Santos

Coordenação do Boletim P@X:
Rita Santos e Sofia José Santos

Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz (NHUMEP)
Centro de Estudos Sociais - Colégio S. Jerónimo,
3001-401 Coimbra - Portugal
<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nhumep/pages/pt/aresentacao.php>
paxinfo@ces.uc.pt

Teoria P@X O COSMOPOLITISMO CONTRA-HEGEMÓNICO, UM DESAFIO AOS ESTUDOS PARA A PAZ

A articulação entre capitalismo neoliberal global e os seus efeitos fragilizadores nas competências regulatórias do Estado deu lugar a um afastamento face às instituições enquanto locais de governação global concreta. A governação global contemporânea está ser feita, acima de tudo, de standardização de práticas dos Estados nação e da exigência de adoção universal de um conjunto de modelos institucionais ao nível de cada Estado (Duffield, 2001). Trata-se portanto de um universalismo não participativo imposto através de diferentes condicionalismos fixados por entidades externas.

A substituição do papel tradicional dos Estados nação pela emergência de uma forma difusa de governação global suscita a necessidade de identificar as formas novas de política cosmopolita que daí resultam. As políticas cosmopolitas não são um campo homogéneo, mas antes um campo disputado. Nas palavras de Jabri, “o cosmopolitismo torna possível não apenas a governação através da segurança (...) mas também a articulação de solidariedades” (2012: 635). No âmbito deste enquadramento contraditório, a ação contra-hegemónica é realizada por diferentes atores. Os próprios Estados podem desempenhar este papel, dando lugar ao que Santos (1998) designa por “o Estado enquanto novíssimo movimento social” (ver também Pureza, 2001: 248). No entanto, os movimentos sociais são decididamente os principais atores da agenda cosmopolita contra-hegemónica.

O papel desempenhado pelos movimentos sociais, entre si muito diferentes, nos levantamentos que tiveram lugar em diferentes países árabes desde 2011 – especialmente se forem percebidos como parte de uma luta pela emancipação a nível mundial, presente também, por exemplo, na proliferação de novos movimentos sociais contra o estreitamento do espaço democrático na Europa e nos protestos sociais em massa que têm tido lugar em cidades brasileiras – representa um exemplo desafiador de um novo tipo de atuação na esfera global. Além das agendas locais, todos estes movimentos partilham o mesmo tipo de relação complexa com

os padrões globais de boa governação. Esta complexidade reside na exigência simultânea do cumprimento prático e pleno dos discursos dominantes sobre boa governação (direitos humanos, mínimos padrões democráticos, Estado de Direito, não discriminação, transparência e luta contra corrupção) e da manutenção de uma distância crítica face a estes discursos, denunciando os seus défices (direitos sociais e económicos e não apenas direitos políticos; democracia participativa e não apenas democracia representativa), bem como a sua natureza instrumental para a hegemonia de forças liberais. Se aceitarmos esta agenda comum de transformação democrática profunda (política, económica, social e cultural), partilhada pelos movimentos árabes, europeus e brasileiros, a nossa conclusão deve ser a de que estamos perante a emergência de um novo ator global, cujas lutas locais são expressão de uma re-politização da esfera pública global (Jabri, 2012: 636; Fraser, 2007).



Photo Occupy TV, 2012

A multiplicidade de eixos de mobilização social e política constitui outro elemento relevante a considerar neste ponto. As referências modernas caminham lado a lado com preocupações ancestrais; credos cosmopolitas coexistem com a defesa de identidades estreitas; e a luta pela liberdade é acompanhada pela luta por justiça económica, social e cognitiva. Esta combinação dinâmica entre heterogeneidade e comunhão torna os novos movimentos sociais em luta pela democracia no Cairo ou em Tunes, em Madrid, em Lisboa ou em São Paulo numa forma inovadora e específica de agência global.

Teoria da P@X

As políticas de contestação contemporâneas e o papel desempenhado pelos movimentos sociais emancipatórios (ainda que heterogêneos) com propostas contra-hegemônicas são, por isso, novos tópicos a incluir na agenda dos estudos para a paz. Aqueles de nós cujo trabalho se centra em trazer a agenda emancipatória original deste campo teórico para o seu centro devem colocar toda a ênfase no estudo das lutas contra todas as formas de materialização do império – nomeadamente quando ele assume uma aparência simultaneamente informal e sofisticada – e das inerentes violências cultural e estrutural (incluindo as veiculadas por discursos de pacificação ou pelas práticas de que se fazem as operações de paz contemporâneas). Essas são, de facto, as realidades que mais importa submeter a uma análise crítica em que assentará o resgate do potencial realmente alternativo dos estudos para a paz.

José Manuel Pureza

jmp@ces.uc.pt

Investigador no Centro de Estudos Sociais, onde exerce também actualmente a função de Presidente do Conselho Científico. É professor catedrático na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde coordena o Mestrado em Relações Internacionais e o Doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos. É também o coordenador científico do Programa de Doutoramento em Direitos Humanos do Centro de Estudos Sociais e Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra.

Referências:

Duffield, Mark. 2001. *Global governance and the new wars. The merging of development and security*. London & New York: Zed Books.

Fraser, Nancy. 2007. "Transnationalising the public sphere: on the legitimacy and efficacy of public opinion in a post-Westphalian world", *Theory, Culture & Society*, 24(4), 7-30.

Jabri, Vivenne. 2012. "Cosmopolitan politics, security, political subjectivity", *European Journal of International Relations*, 18 (4), 625-644.

Pureza, José Manuel. 2001. "Para um internacionalismo pós-vestefaliano", in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Globalização: fatalidade ou utopia?*. Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa. 1998. "Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo", *Oficinas do CES*, 107.

Teoria da P@x

**PRIMAVERA ÁRABE E NOVOS MEDIA:
DA DESCONSTRUÇÃO DO ROMANTISMO
AO DESAFIO DE NOVAS AGENDAS
DE INVESTIGAÇÃO**

As análises dos contornos das revoltas e dos processos de democratização que têm tido lugar no Mundo Árabe, desde Dezembro de 2010, ainda que com distintos níveis de intensidade nos diferentes países envolvidos, têm invariavelmente chamado a atenção para a centralidade dos novos media, identificando-os como atores decisivos na divulgação e mobilização de agendas políticas, particularmente as de democratização, contra regimes políticos repressivos. A relação que estas reflexões acabaram por estabelecer entre as políticas de contestação e os novos media é uma de indispensabilidade, sendo a grande novidade analítica o recurso e a natureza destas novas ferramentas de comunicação.

“Novos media”, “media sociais”, “medias sociais em rede” são algumas das terminologias encontradas para definir novas plataformas online de comunicação, tal como blogs, páginas e perfis de facebook, youtube ou twitter. Caracterizam-se por oferecer, a qualquer momento e através de qualquer dispositivo tecnológico, acesso à descrição a conteúdos criados por utilizadores individuais, numa lógica interactiva (criativa ou reproduzida), mobilizadora e em rede (USIP, 2010; Bennett, 2003). Os novos media possibilitam a mesma construção de narrativas – públicas e privadas – como os media convencionais, mas a sua lógica de difusão já não é baseada numa lógica de massas (um único ponto de produção e uma mancha de massas dispersas na recepção), mas sim numa lógica de irradiação (Malini, 2007), onde a informação é enviada e partilhada numa lógica micro, segmentada, mas multiplicadora e alimentada por identidades múltiplas (e.g. políticas, de género, sexuais, culturais, étnicas, nacionais) numa dinâmica de acesso e expressão livre e directa, sem intermediários.

São estes os elementos que compõem a sua originalidade e que arrastam consigo três importantes consequências no que toca o seu potencial para promover uma democracia de profundidade.

Primeiramente, os novos media têm a possibilidade de ser imunes à política económica a que os media convencionais estão sujeitos. A propriedade dos media baseia-se hoje em grandes grupos económicos ou na propriedade estatal, o que tende a favorecer os interesses das elites políticas e económicas e a potencia a crescente comercialização dos programas informativos pela necessidade de lucros avultados e automáticos, a que alguma vezes se referem de uma forma derogatória como ‘infotainment’ (a justaposição das palavras informação e entretenimento, em inglês, com ênfase nesta última), e a convergência da informação com a perspectiva e os interesses das elites (Bennett, 2003; Herman e Chomsky, 1988). Do mesmo modo, e em segundo lugar, a dinâmica de trabalho dos novos media não obedece às mesmas lógica media convencionais, como o gatekeeping que torna a agenda noticiosa consentânea com os interesses e perspectivas dos editores e das elites que detêm os media em questão, a escassez de recursos associada à exigência de rapidez na produção das peças informativas, o que faz com que a informação a que se tem quotidianamente acesso por meio dos media convencionais seja tendencialmente uma informação estereotipada (porque inserida numa dinâmica de rotina e pouco crítica dos factos em si), carregada de silêncios e verdades parcelares. Em terceiro lugar, os novos media, do ponto de vista da informação, facilmente contornam os cânones do jornalismo moderno, especificamente o que manda privilegiar como fontes de informação entidades institucionais e agências noticiosas (em detrimento das populações implicadas ou do envio de repórteres para o local, respectivamente, impedindo que outras vezes e narrativas sejam ouvidas.

O aparecimento dos novos media desafiou os fluxos de informação e comunicação convencionais, o monopólio de informação do Estado assim como o controlo da informação

Teoria da P@x

por parte dos grandes grupos, criando a possibilidade de esferas públicas alternativas e formas de resistência. Com a introdução destas novas plataformas de comunicação e divulgação de informação, assistimos à entrada no debate político público de discursos, grupos, partidos políticos e activistas previamente excluídos.



Um apoiante da oposição segura num computador portátil que mostra imagens de celebrações na Praça Tahrir, Cairo, após a demissão do Presidente Egípcio Hosni Mubarak 11 Fevereiro, 2011. REUTERS

Foram precisamente estas características – individualidade, verdade, autenticidade, liberdade – que abriram as portas para uma certa romantização destes novos media enquanto ferramenta de emancipação, um espaço de contestação e de resistência das populações, particularmente em contextos políticos repressivos (formais ou informais). Esta romantização baseia-se e alimenta-se essencialmente de três pressupostos. Em primeiro lugar, a crença generalizada e quase consensual de que a internet é a última tecnologia da liberdade, i.e., uma ferramenta que dinamiza a informação dos cidadãos, a participação política e as políticas de contestação. É vista como uma ferramenta poderosa de expressão política autónoma externa aos sistemas de dominação e em clara posição de oposição a estes, criando quase um micro cosmos - onde é feito apenas bom uso dos novos media e se anula qualquer realidade offline – e um espaço político e social genuinamente bom e não como um objecto complexo usado em contextos e realidades específicas por actores concretos. Em segundo lugar, está a ideia de que os media de irradiação

se opõem directamente aos media de massas convencionais como se os próprios *mass media* convencionais ou os regimes políticos não pudessem também eles aceder a essas plataformas de forma disfarçada ou transparente. Finalmente, há uma sobreposição automática potencialmente falaciosa que atribui a espaços políticos discursivos não-ocidentais os mesmos contornos de esfera pública, um conceito tradicionalmente de matriz ocidental. Por exemplo, às dinâmicas da ‘rua árabe’ são directamente aplicáveis as da esfera pública?

Terceiro, os espaços políticos discursivos não-ocidentais políticos tal como a ‘rua árabe’ são confundidos com a esfera pública de matriz ocidental como tratando-se da mesma realidade, apesar das dinâmicas que as encerram serem inerentemente distintas, o que torna a centralidade dos novos media em contextos não-ocidentais de contestação política ainda mais questionável.

Para além disso, a perspectiva romantizada negligenciou os diferentes actores nacionais e internacionais que podem também fazer uso dos novos media, descurou as realidades e as idiosincrasias locais onde a sua acção se insere, numa lógica de modelo universal ou universalizável, assim como invisibilizou, desproblematizando, as articulações com outras formas de mobilização e contestação. Perante isto, algumas questões devem ser levantadas. Serão os novos media ferramentas verdadeiramente emancipatórias ou cingem-se a ser apenas mais uma plataforma ou instrumento de contestação que partilha os mesmos vícios e virtudes? Deverá a ideia e *soundbyte* de “poder para ti”, sempre associada a este tipo de plataformas, ser substituída pela pergunta analítica “poder para quem?” E até que ponto não poderão ser estes novos media uma mera possibilidade de re-edição dos media convencionais?

Apesar da vontade de não cair na falácia do falso dilema – tanto a perspectivas romantizada como a crítica são plausíveis

Teoria da P@x

e não necessariamente contraditórias – há três pontos de agenda de investigação que urgem ser desenvolvidos: identificar e analisar os actores que fazem uso dos novos media; explorar a articulação entre processos online e processos offline (de que forma eles se complementam, contradizem ou sobrepõem?); compreender as sinergias entre os novos media e os media convencionais; explorar os novos media não só como uma plataforma para intervenção política internacional como mecanismo, numa estratégia de cavalo de tróia, de alguns regimes, para controlar a população e a sua contestação por parte de alguns regimes.

Sofia José Santos

sofajosesantos@gmail.com

Investigadora junior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e Coordenadora de Comunicação do Promundo-Europa. Está a terminar a sua tese de doutoramento em Media e Peacebuilding e é co-coordenadora e co-editora do Boletim P@x. Anteriormente, foi research fellow na Universidade de Utrecht e no Flemish Peace Institute, bem como editora e jornalista do Portal Rede Angola. Tem várias publicações em Media e Relações Internacionais, tema que também já leccionou em diferentes Universidades e ciclos de estudos.

Referências:

Bennett, W. L. 2003. *News: The Politics of Illusion*. 5th Ed. New York: Longman.

Herman, E. S. & Chomsky, N. 1988. *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*. New York: Pantheon.

Malini, Fabio. 2007. *O comunismo das redes: sistema midiático, p2p, colaboração em rede e novas políticas de comunicação na internet*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Tese de doutoramento.

Aday, Sean et al. 2010. *New media and contentious politics*, USIP, <http://www.usip.org/sites/default/files/pw65.pdf>

Observatório do P@x

Recursos sobre Contestação e Transformação Política

Bayart, Jean-François. 1993. **The State in Africa: The Politics of the Belly**, London: Orient Longman.

Harsch, Ernest. 2011. **'Arab Spring' stirs African hopes and anxieties**, *Africa Renewal*, August 2011

Chabal, P., J.P., Daloz. 1999. **Africa Works, Disorder as political instrument**. The International African Institute, James Currey, Indiana University Press.

Mosca, L. 2007. **A Double-Faced Medium? The challenges and opportunities of Internet for social movements**. Italy: European University Institute

Clark, H. 2009. **People Power. Unarmed Resistance and Global Solidarity**. London: Pluto Press;

Sakr, N. 2007. **Arab media and political renewal: community, legitimacy and public life**. Londres e Nova Iorque: I.B.Tauris

Ekine, Sokari; Manji, Firoze (Eds.) 2012. **African Awakening: The Emerging Revolutions**. Pambazuka Press.

Filiu, J. P. 2011. **The Arab Revolution: Ten Lessons from the Democratic Uprising**. Londres: C. Hurst & Co Publishers Ltd

Scott, J. C. 1985. **Weapons of the weak: everyday forms of resistance**. New Haven e Londres: Yale University Press.

PACIFICAÇÃO DA DEMOCRACIA? PARTILHAS DE PODER E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO QUÊNIA E ZIMBABUÉ

Acordos de partilha de poder têm sido recorrentes no continente africano: entre 1999 e 2009, este tipo de acordos foram alcançados em 17 países da África sub-sariana (Mehler, 2009a). Têm sido utilizados particularmente como mecanismo de pacificação em contextos de violência tanto de alta (e.g., acordos de cessar-fogo e/ou transição de um cenário de guerra civil como em Angola em 2002 ou no Sudão em 2005) como baixa intensidade (violência ocorrida em períodos eleitorais, como no Quênia e Zimbabwe em 2008), mas a sua implementação tem produzido resultados diferenciados, evidenciando a fragilidade da sua eficácia.

Do mesmo modo, a sua viabilidade enquanto instrumento de pacificação e democratização tem sido altamente controversa no meio académico. Tais inconsistências e inexistência de consenso resultam de uma falta de diálogo não só na academia (Jarstad, 2008) entre diferentes agendas de investigação e de um predomínio de análises elitistas e institucionalistas, como a própria *praxis* de negociação destes acordos entre elites locais e intermediários internacionais revela não raras vezes uma ausência de uma participação alargada de organizações da sociedade civil que garanta o interesse e segurança dos cidadãos (Mehler, 2009b) no processo de negociação, frequentemente negligenciando ou mesmo ignorando as populações afectadas. Esta característica de diversos processos de negociação tem reforçado a erosão das relações verticais de responsabilização e transparência do contrato social entre população e elites governativas, actuando de forma contra-producente no processo de democratização existente em muitos países africanos. Como nota LeVan (2011), estes acordos têm também evidenciado uma mudança de paradigma no contexto de cooperação e ajuda internacional e de promoção de democracias liberais, ao deslocarem o seu foco da importância na construção e fortalecimento de instituições

políticas, para colocarem o imperativo de pacificação de uma sociedade em detrimento do processo de construção e aprofundamento democrático. A procura de estabilidade política imediata e constante releva assim as preocupações de segurança de curto-prazo em detrimento de factores de longo-prazo.

Esta mudança de paradigma pela primazia da paz imediata em detrimento do jogo político tem o seu custo no sistema democrático. Primeiramente, porque não significa verdadeiramente uma pacificação da sociedade mas antes uma acomodação de elites políticas através do garante de acesso ao poder, num contexto de violência em que, não raras vezes, são as próprias elites políticas responsáveis pela sua perpetuação. Segundo, a definição do grau de inclusão de um “governo de unidade nacional” e seu mandato não obedecem necessariamente a uma vontade democrática popular, mas são ao invés definidas pelos actores internacionais e elites políticas domésticas presentes nas negociações. No entanto, tal erosão das relações verticais de responsabilização e transparência não reflecte necessariamente um incremento das políticas de contestação, especialmente se as elites políticas que participam nas negociações são elas próprias instigadoras ou mesmo co-perpetradoras da violência e detêm alguma influência no sector de segurança. Tal cenário abre no entanto um precedente perigoso: dá azo à possibilidade de que não é necessário respeitar o jogo democrático para chegar ao poder, bastando recusar os resultados eleitorais que não são favoráveis e ameaçar ou provocar uma reacção violenta até ser incluído num hipotético acordo (do qual é disso um exemplo claro o impasse na Costa do Marfim após as eleições presidenciais de Novembro de 2010) [1]. Um adicional efeito perverso é a real possibilidade de, após os acordos de partilha de poder serem alcançados, estes desresponsabilizarem ou inclusivamente amnistiarem retroactivamente as mesmas elites que pretende acomodar: no Quênia, a entrada

Estudos P@X

em jogo do Tribunal Penal Internacional em 2010 para julgar as atrocidades cometidas em 2007-2008 foi utilizada como arremesso político na antecâmara e durante as eleições de 2013 entre líderes partidários que defendiam uma visão do processo internacional judicial como uma manipulação com a pretensão final de encontrar bodes expiatórios ao mesmo tempo que outras elites putativamente responsáveis permaneceriam impunes, nomeadamente os que assinaram o acordo de partilha de poder. Tal significa que a partilha de poder poderá crescer a uma maior inclusão representativa à custa da responsabilização e transparência de elites políticas antes e durante a sua posse. Ao pacificar as elites políticas pela acomodação em lugares de poder e influência num contexto onde as próprias seriam instigadoras ou co-perpetradoras de violência, a partilha de poder é vista como um mal menor ao da possibilidade de um retorno a um cenário de violência aberta e directa. No Zimbabué, a narrativa dominante dos confrontos durante o período eleitoral sustentava a ideia de que um lado era sobretudo ou exclusivamente vítima (MDC), e outro (ZANU-PF) sobretudo ou exclusivamente perpetrador. Aceitando esta perspectiva, o acordo de partilha de poder pode assim ser visto como um mecanismo de re-legitimação da posição da ZANU-PF e de Robert Mugabe após estes terem tido uma derrota eleitoral na primeira volta ao não serem pela primeira vez na história do país após a independência o partido mais votado, e após a rejeição por parte da comunidade internacional dos resultados eleitorais da segunda volta. Não obstante, o acordo de partilha de poder foi frequentemente apelidado internamente como uma “farsa” [2] onde a ‘política de continuidade’ (Cheeseman & Tendi, 2010) vigorou, com a ZANU-PF a controlar as maiores fatias da governação do país. A inclusão do MDC sem quaisquer benefícios daí visíveis na mudança de governação, juntamente com os escândalos de corrupção e uma conduta também ela cada vez mais hostil ao jogo democrático [3] ditaram a sua derrota nas eleições de 2013, e trouxeram consigo também a perspectiva de um novo partido surgido da sociedade civil: a National Constitutional Assembly era uma plataforma de diversas organizações e associações da sociedade civil que se constituiu como partido político desde Setembro 2013 [4].

Como a história recente destes dois casos ilustra, a maior inclusão e representatividade de um governo não representa necessariamente um maior grau de democraticidade ou até de pacificação de um conflito na sociedade. Ao invés, as partilhas de poder ao almejamem a redução dos graus de insegurança no que respeita à inclusão e representatividade política trouxeram também consigo uma maior probabilidade de institucionalização dos conflitos políticos como uma realidade que perpassa o campo do combate político de acesso ao poder para o completo bloqueio institucional e democrático. Dependente da vontade política destas elites está mais do que o funcionalidade ou a eficiência destes acordos, está o próprio processo democrático, as suas instituições e seus contratos.

Alexandre de Sousa Carvalho

hadscmb@gmail.com

É licenciado em Relações Internacionais pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e tem mestrado em Estudos da Paz e Conflito em África pela Universidade de Bradford, Reino Unido. Foi investigador do Centre for International Co-operation and Security da Universidade de Bradford e do Observatório de Tráfico de Seres Humanos da Direcção-Geral da Administração Interna. É doutorando em Ciência Política pelo ISCTE-IUL sob o tema das partilhas de poder no Quênia e Zimbabué enquanto mecanismos para uma paz democrática e sustentável em África. É investigador do Centro de Estudos Africanos/Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL.

Referências:

Cheeseman, Nic and Tendi, Blessing-Miles. 2010. “Power-sharing in comparative perspective: the dynamics of ‘unity government’ in Kenya and Zimbabwe”, *The Journal of Modern African Studies* 48(02): 203-229.

Jarstad, Anna K. 2008. “Power Sharing: former enemies in joint government”, in Jarstad, Anna K.; and Timothy D. Sisk (eds.); *From War to Democracy – Dilemmas of Peacebuilding*, Cambridge, Cambridge University Press: 105-133.

LeVan, A. Carl. 2011. "Power Sharing and Inclusive Politics in Africa's Uncertain Democracies", *Governance: an International Journal of Policy, Administration and Institutions* 24(1).

Mehler, Andreas. 2009a. "Power Sharing in Africa", *Africa Spectrum* 44(3): 2-10.

Mehler, Andreas. 2009b. "Peace and Power Sharing in Africa: A Not So Obvious Relationship", *African Affairs* 108(432): 453-473.

Munyaka, Takudzwa. 2013. "Zimbabwe's new political hope?", *Mail&Guardian*, 04.10.2013.

Newsday, 2013. "Attack on journalists exposes intolerance", *Newsday*, 12.06.2013.

The Guardian. 2010. "Zimbabwe struggles with Power Sharing", *The Guardian*, 25.04.2010.

Walt, Vivienne, 2010. "Ivory Coast: Trying to Break a Bloody Cycle", *Time*, 21.12.2010.

Notas:

[1] Walt, Vivienne, "Ivory Coast: Trying to Break a Bloody Cycle", *Time*, 21.12.2010. Disponível em: <http://content.time.com/time/world/article/0,8599,2039305,00.html>

[2] "Zimbabwe struggles with Power Sharing", *The Guardian*, 25.04.2010.

[3] "Attack on journalists exposes intolerance", *Newsday*, 12.06.2013.

[4] Munyaka, Takudzwa "Zimbabwe's new political hope?", *Mail&Guardian*, 04.10.2013.

A REVOLUÇÃO PASSIVA EM ÁFRICA: O NOVO MALAWI DE JOYCE BANDA

A onda de contestação política que se alastrou pela Argélia, Tunísia e Egito não viajou para sul do Saara. Um Verão Africano não se seguiu à Primavera Árabe, não obstante as lutas no Mediterrâneo e no Médio Oriente terem contribuído para elevar a temperatura política a sul, influenciando manifestantes no Senegal, na África do Sul, em Moçambique e no Malawi. Os eventos nas praças Tahir e Taksim podem ser contrastados com as movimentações circulares da evolução política em África, onde, em vez de transformação política, podemos observar a duradoura preservação do *status quo*. Este artigo analisa como a sobrevivência e a reorganização do capitalismo tem sido continuamente gerida através de pequenos períodos de agitação política em África. A crise no Malawi e a ascensão de Joyce Banda ao poder é estudada aqui como exemplo de uma revolução passiva em ação. As abordagens de Antonio Gramsci a questões de ideologia, poder e transformação podem ser mobilizadas para investigarmos como estratégias de acumulação de capital são sustentadas e expandidas, enquanto a emancipação popular fica adiada. Usando um breve exemplo do Malawi, exploro neste texto se a filosofia de Gramsci e as suas reflexões sobre poder estatal podem ser exportadas e fazer sentido fora do seu contexto histórico original.

A Revolução passiva pode ser definida como uma mudança social fundamental que tem lugar sem tentar abarcar os interesses das classes subalternas. Este é um termo que tem sido muito usado e abusado. Nos Cadernos do Cárcere de Gramsci, é descrito como um processo através do qual “a absorção das elites dos inimigos implica a sua decapitação, e aniquilação frequentemente por um longo período”, que é alcançado através da *revolução* sem a *revolução* ou da “revolução passiva”: uma revolução vinda de cima (1971: 59). Certas exigências subalternas, vindas de baixo, são aceites enquanto a igualdade entre classes é constringida. A revolução passiva ocorre em momentos de tensão, quando há exigências de mudança ou a classe no poder enfrenta desafios. Um tal momento de crise orgânica desenrolou-se no Malawi entre 2011 e 2012.

Em 2009, o DPP – o partido no poder de Bingu Mutharika – ganhou com uma vitória avassaladora, após ter conseguido promover o desenvolvimento económico do país entre 2004 e 2009. Joyce Banda foi escolhida para vice-presidente mas rapidamente se desentendeu com Mutharika. No seguimento da eleição, o Malawi entrou num período de caos económico e conflito com os doadores, à medida que a sua moeda (o Kwacha) era sobrevalorizada. O FMI suspendeu o crédito e pediu ao governo que desvalorizasse a moeda, mas Mutharika resistiu e a crise seguiu-se. A balança de pagamentos deteriorou-se à medida que os rendimentos das plantações de tabaco diminuíram. Todos sentiram o impacto, em especial as classes médias que enfrentaram faltas de combustível e de bens de consumo. Em julho de 2011 eclodiram manifestações contra Mutharika em todo o país; este, numa contrarreacção, tentou pacificá-las e elevou o tom da retórica anti-ocidente. Mutharika reforçou ainda o seu poder, adiando as eleições municipais, regulando os media e expandindo os poderes da polícia. A crise orgânica no Malawi prosseguia, enquanto a sociedade clamava por uma mudança política. A burguesia aspirante, intelectuais frustrados, estudantes e a classe trabalhadora urbana estavam profundamente insatisfeitos com o segundo mandato de Bingu Mutharika. A insatisfação cristalizou-se em confrontações violentas e as revoltas foram reprimidas pelo aparelho coercivo do Estado. A oposição era, no entanto, fraca e esta era mais uma “crise” que uma “revolução”.

A 5 de abril de 2012, Mutharika morreu inesperadamente de um ataque cardíaco e Joyce Banda subiu ao poder. A sua nomeação foi bem acolhida pela comunidade internacional. Após seis meses no poder, as políticas de maior intervenção de Joyce Banda incluíam a desvalorização de 49% da moeda, o que melhorou o ambiente de negócio para as empresas transnacionais mas atingiu gravemente os salários dos trabalhadores urbanos. Simultaneamente, houve algumas inversões nas restrições à liberdade social que marcara o final do regime de Bingu. Em vez de

Estudos P@X

revolução social, o Malawi estava efetivamente a ser transformado, afastando-se de uma trajetória hegemónica e despótica. O que ocorreu sob o governo de Joyce Banda foi uma revolução passiva que resultou numa transição para o tipo de sociedade africana benigna, pró-ocidental, cumpridora e liberal defendida pelo FMI.

O historicismo de Gramsci pode ser utilizado para explicar a morte de Bingu Mutharika como um “evento”, isto é, uma mudança que ocorre dentro dos limites do possível. A sua morte proporcionou a oportunidade para uma revolução passiva, que levou, por sua vez, a um período de incorporação do neoliberalismo transnacional. Joyce Banda desistiu rapidamente da iniciativa de transformação do Malawi e os eventos recentes levaram à criação de um novo enquadramento institucional em conformidade com o capitalismo. As mudanças trazidas por Banda foram “passivas” na medida em que foram acomodadas dentro da atual formação social, ilustrado pelo apoio que recebeu dos militares, do mundo dos negócios, dos media internacionais e do FMI. Deu-se a inclusão de novos grupos sociais dentro da ordem política hegemónica, mas sem uma expansão do controlo das massas sobre a política. Estes acontecimentos fazem eco do que Fatton (1986) encontrou no Senegal nos anos oitenta “o plano de austeridade inspirado no FMI reforçou as desigualdades sociais e falhou na confrontação das forças políticas dominantes que têm um interesse claro na preservação do *status quo*”. Joyce Banda é celebrada internacionalmente na medida em que oferece um sabor mais agradável do capitalismo.

A morte de Mutharika ocorreu numa altura de pico da tensão social. A revolução passiva no Malawi foi viabilizada por este acontecimento e o Estado afastou-se de um capitalismo autocrático e nacional e aproximou-se do modelo neoliberal internacional. As políticas de Joyce Banda apoiam a expansão da acumulação de capital transnacional e este estudo de caso do Malawi ilustra bem a análise gramsciana da revolução passiva. As mudanças forjadas através do Estado são um exemplo de como uma mudança radical sem a participação das massas é afinal uma “revolução vinda de cima”. A morte de

Mutharika proporcionou a oportunidade (ou o pretexto) para a consolidação do capitalismo enquanto modo de produção, que não foi uma escolha consciente feita por uma classe capitalista nacional ou internacional, nem mesmo pela própria Banda. A ausência de um arquiteto para este projeto contribui para a nossa análise de se ter tratado de uma mudança passiva, e não de uma mudança dirigida.



Dr Andrew Brooks

andrew.brooks@kcl.ac.uk

Professor de Development Geography no King's College London. O seu trabalho analisa as relações entre áreas de afluência e de pobreza e desenvolveu investigação sobre a mudança social e económica no Malawi, Moçambique e Zâmbia. Doutorou-se pelo Royal Holloway, University of London. Andrew é membro do Conselho Editorial do Journal of Southern African Studies and Regional Studies, Regional Science e está atualmente a preparar um livro a ser editado pela Zed Books.

Referências

Gramsci, Antonio. 1971. *Selections from the prison notebooks*.

Fatton Jr, Robert. 1986. “Gramsci and the Legitimization of the State: The Case of the Senegalese Passive Revolution”. *Canadian Journal of Political Science* 19, no. 4: 729-750.

[Texto traduzido por Teresa Almeida Cravo]

AS 'REBELIÕES POR PÃO' EM MOÇAMBIQUE: O GOVERNO DA FRELIMO DIANTE DA CONTESTAÇÃO

Os protestos resultantes da escassez de alimentos ou do aumento dos seus respetivos preços têm sido parte integrante das revoluções ao longo da história, desempenhando nomeadamente um papel central na mobilização e revolta dos camponeses que conduziram à Revolução Francesa, bem como nas Revoluções Americana e Russa. Mesmo os protestos mais esporádicos e com consequências políticas menos definitivas causaram, à data, apreensão suficiente por parte da elite governante para forçar concessões, como as famosas rebeliões por pão no Egito, em 1977. O século XXI não é exceção. Um aumento global dos preços dos alimentos em 2007-2008 e novamente em 2010-2011 provocou a eclosão de protestos um pouco por todo o mundo. As revoltas populares conhecidas como a Primavera Árabe, que em alguns casos conduziram à queda de regimes, foram, em grande medida, motivadas pela rápida deterioração das condições de vida causadas pelo aumento dramático do custo dos produtos de primeira necessidade. Também a África Subsaariana tem assistido a protestos que, apesar de menos revolucionários nos seus resultados, são instigados pelo mesmo impulso.



Protestos em Moçambique. REUTERS, 2010

Quer enquanto eventos isolados, quer como parte de movimentos sociais de massas conducentes a revoluções, os protestos motivados pela escassez ou pelo aumento dos preços dos bens alimentares proporcionam uma interessante lente de análise das políticas de contestação e de transformação política. Neste artigo, analisar-se-á o caso de Moçambique e das chamadas “rebeliões por pão” de setembro de 2010, com o objetivo de explorar as relações entre a sociedade e o Estado moçambicanos, bem como a natureza e as dinâmicas dos desafios populares à ordem política e as suas exigências de transformação da sociedade.

Em Moçambique, os gastos com alimentação correspondem a cerca de 70% dos rendimentos familiares e o país importa mais de 60% do trigo necessário para alimentar a população. Esta combinação preocupante tornou o país e respetiva população invariavelmente reféns dos mercados internacionais. Quando, entre agosto e setembro de 2010, os preços do trigo aumentavam em flecha em todo o mundo, atingindo o seu valor mais elevado em dois anos, a população moçambicana sofreu um duro impacto. O governo da Frelimo implementara há muito uma política de subsídios estatais destinada a reduzir o custo geral dos bens de primeira necessidade. Confrontado, contudo, com a escalada global de preços e com a diminuição do valor do metical moçambicano face ao rand sul africano, o governo declarou que a subida dos preços era “irreversível”. Em setembro de 2010, o aumento de aproximadamente 30% do preço do pão, acompanhado pela subida na casa dos dois dígitos dos preços da água e da eletricidade naquele que é um dos países mais pobres do mundo, desencadeou uma oposição generalizada à decisão do governo e, em última análise, conduziu a distúrbios graves, apelidados de “rebeliões por pão”.

Os manifestantes – na sua maioria, jovens urbanos, pobres e desempregados – organizaram-se através de mensagens de telemóvel, barricaram as principais ruas da capital e dos subúrbios com pneus a arder, rasgaram imagens do Presidente Guebuza e pilharam lojas. Em resposta, o governo proibiu os protestos, encerrou o sistema nacional de SMS, mas os protestos persistiram. Seguiu-se a repressão policial, com manifestantes a denunciar o uso de munições reais. 13 pessoas morreram, 500 foram feridas e 160 foram presas durante os primeiros dias do mês de setembro de 2010. O protesto foi o mais violento desde fevereiro de 2008, quando um outro aumento dos preços dos combustíveis e do custo de vida desencadeou uma reação semelhante por parte dos mais desfavorecidos. Em geral, a população moçambicana demonstrou a sua solidariedade para com os manifestantes e a sua oposição face ao aumento insuportável do custo de vida.

Estudos P@X

Receando uma contestação mais profunda à governação do partido, a Frelimo reverteu a sua decisão inicial, optando por restabelecer os subsídios com o objetivo de neutralizar o impacto do aumento dos preços – à semelhança do que tinha feito em 2008. Esta concessão foi suficiente para apaziguar a revolta e satisfazer os manifestantes. Evitada uma crise mais grave, Moçambique não voltou a ser palco de eventos significativos de contestação política durante e imediatamente após a Primavera Árabe, ao contrário de países como Angola ou o Senegal. Todavia, novas manifestações em Maputo, em novembro de 2012, contra o aumento das tarifas dos transportes em 40% e contra a deslocação de populações devido às minas de carvão, em abril de 2013, sugerem que a visão para o país da elite no poder é tudo menos consensual.

Como podemos então analisar as “rebeliões por pão” em Moçambique no âmbito da nossa discussão sobre políticas de contestação? As conclusões preliminares sugerem, sem surpresas, similitudes com outras contestações populares em diferentes partes do mundo. Historicamente entendidas como fontes de tensão social, as subidas de preços dos bens de necessidade têm-se revelado fortes motivações de revoltas populares no século XXI, à medida que a integração dos mercados e as relações capitalistas se tornam progressivamente mais enraizadas, especialmente em países de baixo rendimento. Adicionalmente, o efeito de contágio dos media tradicionais e dos media sociais online, bem como o poder de disseminação das novas tecnologias, desempenham um papel crescente na manutenção destas revoltas por um período de tempo mais alargado do que o esperado de uma reação tipicamente desorganizada por parte dos habitantes pobres das cidades e, mais importante ainda, são essenciais na promoção de solidariedade por parte da elite da sociedade civil. Outro paralelo que pode ser estabelecido entre as contestações populares em diferentes regiões do mundo é a dificuldade dos governos nacionais em reconciliar exigências domésticas com pressões globais – uma complexidade que sugere que a resposta à volatilidade dos preços terá de ser inevitavelmente negociada a nível global. Pese embora a denominação de “rebeliões por pão”, a alimentação é raramente a única reivindicação presente nestes protestos. Em Moçambique, como em outras partes do mundo, as revoltas

populares combinam diversas fontes de descontentamento. Além da rejeição espontânea – e violenta – do aumento súbito dos preços do pão, eletricidade, combustível e água, numa clara oposição à deterioração drástica das condições de vida da população moçambicana, estas cidadãs e estes cidadãos questionaram igualmente a persistência de níveis de pobreza no contexto de uma economia em rápido crescimento, a corrupção ao nível governamental ou a ausência de redes de segurança social. De facto, ao mesmo tempo que contestavam o anúncio da subida de preços, os manifestantes não só afirmavam o consenso político em torno do *direito* a necessidades básicas acessíveis, como desafiavam a capacidade e a responsabilidade do governo na gestão quotidiana dos recursos do país e no fornecimento eficiente de bens à população.



Protestos em Moçambique. GUARDIAN, 2010

No entanto, as crises nascidas da consciência das privações, da crescente desigualdade e da marginalização face ao crescimento económico, não conduzem inevitavelmente a mudanças de regime. Tendo falhado, mais do que uma vez, nas previsões quanto ao nível de oposição gerado em virtude das suas medidas – o que parece sugerir uma distância crescente entre o Presidente e respetivos eleitores tradicionais – o governo assegurou a saída sem percalços de uma situação tensa através do anúncio da reposição dos subsídios, ao mesmo tempo que negligenciava as fontes estruturais de descontentamento. O governo parece, neste sentido, ter aprendido a sobreviver num contexto de crises sucessivas. Consciente da contestação inerente a este tipo de medidas impopulares, a

Frelimo delineou uma estratégia de avanços e recuos, em que testa as águas e refreia a contestação sempre que necessário, enquanto mantém, de forma consistente, a implementação da sua agenda neoliberal. Resta saber, todavia, por quanto tempo poderá manter-se nesta trajetória.

Teresa Almeida Cravo

tcravo@fe.uc.pt

Professora Auxiliar de Relações Internacionais e Investigadora no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Concluiu o Doutoramento no Departamento de Política e Estudos Internacionais da Universidade de Cambridge. É atualmente Visiting Research Fellow na Universidade de Westminster, em Londres. Os seus interesses de investigação centram-se em questões de paz e conflitos, desenvolvimento e segurança, com particular enfoque nos países lusófonos.

Referências:

Granjo, Paulo. 2010. "Mozambique: 'sortir de la bouteille'. Raisons et dynamiques des émeutes", *Alternatives Sud*, 17-2010, 179-185.

Patel, Raj. 2010. "Mozambique's food riots: the true face of global warming", *The Guardian*, 5 setembro disponível em:
<http://www.theguardian.com/commentisfree/2010/sep/05/mozambique-food-riots-patel>

Estudos P@X

JOVENS E PROCESSOS DE AFIRMAÇÃO NA CIDADE DA PRAIA, CABO VERDE

Cabo Verde é uma nação jovem. Por um lado, passaram apenas 38 anos desde que o país se viu politicamente independente de Portugal e, por outro, 54,4% da população tem menos de 24 anos, sendo que a idade média nacional é de 26,8 anos (INE, 2011). Sendo verdade que a jovialidade do país é tida como uma mais-valia, “a força motriz de desenvolvimento”, tal como salienta o Plano Estratégico da Juventude aprovado em Julho de 2013, reforçando o lema cabralista “as crianças são a razão da nossa revolução”, o discurso oficial ainda apresenta continuidades coloniais que fixam o jovem como perigoso, preguiçoso, desordeiro e irresponsável.

Confrontando o discurso oficial com a realidade juvenil no arquipélago, Martins (2010) observa um claro desencontro, tal como ficou patente no discurso do então Ministro da Juventude e Desportos, em 2009, e onde se diz que “nunca houve tantas oportunidades para os jovens em Cabo Verde, o problema é que os jovens não as querem aproveitar porque estão interessados em fazer outras coisas”. Este tipo de discurso, habitual nas instâncias públicas e em alguns sectores privados que trabalham com os jovens, tenta, por um lado, desviar o foco da atenção dos sucessivos falhanços de implementação de políticas públicas para o segmento juvenil e, por outro, culpabilizar os jovens pelas altas taxas de alcoolismo, toxicodependência, gravidez na adolescência e violência de rua, consideradas como resultado do excessivo interesse juvenil por festas ao invés de aproveitarem as várias oportunidades criadas. Falsas ou não, para além de ignorarem a estrutura social desigual cabo-verdiana, o que desloca a análise para uma outra dimensão, estas acusações acabam por consolidar ainda mais o mal-estar juvenil sentido no quotidiano juvenil das ilhas.

Pese embora o acréscimo de oportunidades de realização dos jovens com a abertura democrática, em 1991, a pressão demográfica juvenil, o frágil sistema económico, educativo e de protecção social do país, aliado à crise do trabalho a nível global (Lima, 2011) não possibilitam ainda responder com mais eficácia às aspirações juvenis de

obtenção de um emprego estável, de uma habitação própria e de estabelecimento de uma família (Martins, 2010). Contudo, o grande problema do descontentamento dos jovens tem sido a forte segmentação do mercado de trabalho, controlado por lógicas de compadrio, pertença familiar, amizades sexuais ou militância partidária.

Sendo assim, na busca de afirmação e de ascensão no espaço social praiense, cada um usa as estratégias e os recursos de acordo com a posição ocupada no xadrez social e com as suas possibilidades. Se para os jovens mais próximos do centro - centro não entendido como espaço geográfico, mas sim como espaço simbólico, em que o poder está representado - é na política partidária que o empoderamento é procurado, tanto Bordonaro (2010; 2012) como Roque e Cardoso (2010) salientam que o envolvimento dos jovens periféricos no crime em Cabo Verde deve ser igualmente encarado como uma outra forma de empoderamento ou de afirmação.

Com a consolidação do mercado do crime em Cabo Verde, tendo no narcotráfico o seu expoente máximo, muitos jovens despojados de poder social encontram nessa economia oportunidades de trabalho e de valorização social. Os gangues de rua, braço armado do narcotráfico, surgem nesse contexto como novos modelos de inserção social e coesão comunitária, contribuindo assim para a integração perversa (Castells, 2003) dos jovens marginalizados.

No início de 2013, contabilizaram-se cerca de 92 gangues de rua ativos na Cidade da Praia. No triénio 2010-2012, estavam em aberto 30 confrontos armados (Lima, 2013) entre alguns desses agrupamentos. Se, por um lado, os confrontos derivam do controlo do tráfico de drogas nos bairros periféricos, nas escolas secundárias e nos estabelecimentos de diversão nocturna, por outro, estão ligados a uma pretensa crise da masculinidade dos seus membros (Bordonaro, 2012) e à necessidade destes grupos aumentarem os seus poderes sociais e locais. Para pôr fim a este cenário, no pós-eleições legislativas e presidenciais de 2011, os Ministérios da Juventude e da Administração Interna, em parceria com algumas organizações

No Radar

| Actualidade

No Radar | Actualidade

não governamentais (ONG), associações comunitárias e grupos informais, começaram o processo de pacificação da “novíssima guerra” (Moura, 2011) que se viveu na Praia na última década, utilizando para o efeito uma espécie de poder inteligente (Nye, Jr., 2012). Ou seja, conciliando uma intensa repressão policial nos bairros tidos como problemáticos com o financiamento de projectos sociais comunitários promovidos por alguns grupos, muitos deles cooptados pelas instituições estatais. Estas acções acabaram por apaziguar os tiroteios, se bem que a taxa da criminalidade continuou a crescer na Praia (MAI e INE, 2011), mais especificamente os assaltos na via pública, localmente conhecidos como “kasu-bodi”.

Entretanto, é importante salientar que na análise da diminuição da violência dos gangues de rua a partir de 2012, deve-se ter em conta a capitalização que muitos membros influentes desses agrupamentos fizeram das redes familiares espalhadas pelo continente europeu, permitindo-lhes oportunidades de emigração para a Europa, mesmo no caso daqueles anteriormente deportados dos Estados Unidos. É de referir também que o caso “Lancha Voadora”, apresentado como o maior golpe disferido ao narcotráfico cabo-verdiano, poderá ter contribuído para esta aparente calma na atividade desses gangues, visto que, confiando nos relatos de alguns membros dos seus membros, tem havido menos droga a circular nos bairros periféricos, e, por conseguinte, menos motivos para conflitos, se bem que, tal como defendeu recentemente o ex-presidente da república Pedro Pires na televisão nacional, na sequência da notícia da apreensão nas ilhas Canárias de 500 quilos de cocaína proveniente de Cabo Verde, o arquipélago deixou de ser um espaço de trânsito de droga de América do Sul para a Europa para se transformar num armazém do narcotráfico internacional.

Atualmente, na sequência do processo de pacificação referido anteriormente, têm emergido na Praia novas formas de protagonismo juvenil e novos espaços de afirmação e contestação social e político que paulatinamente vêm substituindo os gangues como espaços de inserção social e coesão identitária. Trata-se do surgimento e/ou consolidação de alguns movimentos juvenis que

se auto-afirmam como movimentos sociais supostamente inspirados na figura de Amílcar Cabral, e dos quais se destacam o movimento *hip-hop* consciente, baseado nas ideias afrocêntricas do grupo Ra-Tecnologia, o movimento Korrenti Ativizta e o movimento Sankofa. Este último, não tendo uma liderança hierárquica como os dois primeiros, visto que ela é horizontalmente partilhada, tem a particularidade de ser composto, na sua maioria, por ex-membros de gangues e posicionar-se em oposição aos demais, na medida em que considera os restantes grupos institucionalizados e, portanto, ao serviço do poder hegemónico que tenta controlar os jovens para efeitos de perpetuação do poder.

Redy Wilson Lima

danawilson67@hotmail.com

Formado em Sociologia (ULHT e FCSH-UNL, Portugal), doutorando em Estudos Urbanos (FCSH-UNL/ISCTE-IUL), investigador colaborador no grupo de trabalho “Globalization and Development” do CEsA/ISEG-UTL, membro do CODESRIA e professor assistente convidado no ISCJS. Tem realizado pesquisas na cidade da Praia sobre questões juvenis, criminalidade e cultura urbana. Com publicações sobre gangues de rua, infância e música rap em Cabo Verde. Atualmente desenvolve uma pesquisa independente sobre processos de identificação e formas de participação sociopolítica da juventude cabo-verdiana (<http://www.redylima.net/>)

Referências:

- Bordonaro, L. 2012. “Masculinidade, violência e espaço público: notas etnográficas sobre o bairro Brasil da Praia (Cabo Verde)”, Revista Tomo, nº 21, 101-136.
- Bordonaro, Lorenzo I. 2010. “Semântica da violência juvenil e repressão policial em Cabo Verde”. Revista Direito e Cidadania (Edição Especial – Política Social e Cidadania), nº 30, 169-190.
- Castells, M. 2003. A era da informação: economia, sociedade e cultura: o poder da identidade. Volume II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

INE. 2011. Apresentação IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2010. Praia: INE.

Lima, R.W. 2013. "The written press and the coverage of conflicts between gangs in Cape Verde", paper presented in 5th European Conference on African Studies – African dynamics in a multipolar world. Lisbon: ISCTE-IUL.

Lima, R.W. 2011. "A (des)adequação formação/emprego em Cabo Verde", Revista Pulsar (Tema: A política: o contrato do voto e os seus desafios), nº 1, 19-21.

MAI and INE 2013. Estatística da Administração Interna. Praia: INE.

Martins, F. 2010. O paradoxo das oportunidades: jovens, relações geracionais e transformações sociais – notas sobre Cabo Verde. Working Paper CRIA 4.

Nye, Jr. J. 2012. O futuro do poder. Lisboa: Temas e Debates.

Roque, S. and Cardoso, K. 2008. "Por que razão os jovens se mobilizam... ou não? Jovens e violência em Bissau e na Praia". 12ª Assembleia Geral do CODESRIA. Yaoundé: CODESRIA.

No Radar
| Actualidade

A CRISE NA UCRÂNIA E AS RELAÇÕES RÚSSIA-UNIÃO EUROPEIA

A situação de tensão e violência que se vive na Ucrânia desde finais de novembro de 2013 é reveladora de descontentamento interno face a um regime corrupto e pouco eficiente, e da fragilidade das relações entre a Rússia e a União Europeia (UE) face a uma área de vizinhança partilhada. A falta de diálogo entre estes dois atores, relativamente à gestão da crise, é demonstrativa da frieza que voltou a envolver a chamada ‘parceria estratégica’. De facto, a intervenção na crise ucraniana de parte a parte fez-se ao longo dos últimos meses sem acautelar os interesses e expectativas mútuas a este nível mais internacional. Internamente, na Ucrânia, este desajuste ficou refletido no cruzamento de influências e em combinações pouco prováveis de grupos de manifestantes oriundos de diferentes quadrantes políticos e com agendas diferenciadas. Se o sentimento de insatisfação com o poder dominante parecia percorrer toda a praça da independência em Kiev, já os modelos alternativos de governação política, económica e em matéria de segurança não são parte de um denominador comum unificador. Esta mesma divisão reflete-se, para além da praça da independência, na divisão mais estrutural que a Ucrânia enfrenta entre, em termos simplificados, uma área ocidental com um passado histórico mais ligado à Polónia e à Alemanha, e uma área a oriente historicamente ligada à Rússia. Esta divisão tem sido apontada como eventualmente constituindo o ponto de fratura do país em termos do traço geográfico e para além das cisões políticas e ideológicas bem conhecidas.

A situação que se vive atualmente na Crimeia, envolvida em receios secessionistas, vem reforçar esta fratura e sublinha a postura de uma Rússia, que não pretende ver-se alheada de um processo onde se define como ator central. Aliás, a Ucrânia é referenciada em termos das políticas russas como parte do berço da nação, constituindo um elemento estruturante do projeto de União Eurasiática que Putin colocou em marcha. Por seu lado, para a UE, a Ucrânia é o mais importante parceiro da dimensão oriental da sua Política de Vizinhança, com maior peso económico e de maior simbolismo para a ampliação de um

espaço de integração limitada com a União. Neste quadro, a reestruturação em curso das estruturas de poder na Ucrânia deve atender às preocupações transversais em relação à necessidade de maior transparência e participação nos processos governativos, mas não excluindo a Rússia. Este tem sido talvez um dos elementos mais críticos em todo este processo. A Ucrânia deve prosseguir o seu curso de forma autónoma e independente, numa lógica multivetorial que vem sendo já uma constante na sua política externa e que procura dar resposta à necessidade de encontrar equilíbrios na gestão das suas relações a ocidente e a oriente. Esta difícil gestão de equilíbrios, face ao cenário que se desenrolou, parece ser o único caminho possível, dada uma localização geoestratégica que impede o país de fazer opções excludentes.

Aliás, os cenários possíveis, e que podem incluir a partição da Ucrânia, um modelo de federalização ou o encontro de consensualização política para uma solução que passe pela manutenção da integridade territorial do país, estão todos imbuídos de grande complexidade. A violência a que assistimos, o extremar de posições, a falta de diálogo internacional e a imersão de interesses em confronto em todo o processo assinalam a necessidade de estabilização interna como premente, evitando cenários mais dantescos de guerra civil como alguns analistas têm referido, e de estratégias inclusivas entre a Rússia e a UE.

Contudo, os sinais são de grande fragilidade e urgência. Para além da crise política, a Ucrânia enfrenta uma grave situação económica e financeira, cujos contornos da situação atual apenas vêm agravar. A UE fala de ajustamento estrutural com apoio do Fundo Monetário Internacional; a Rússia oferece pacotes de ajuda menos condicionada, sendo que as opções políticas adjacentes a cada um dos pacotes são diferenciadas e conhecidas. Forçar a Ucrânia a uma opção ou/ou é forçar a situação a posições extremadas, incitando a contestação e violência de grupos com visões

No Radar
| Actualidade

por vezes antagónicas quanto ao futuro do país, alimentando a instabilidade nas fronteiras da EU e da Rússia.

A gestão das diferenças num pacote negociado entre estes dois gigantes parece uma pequena saída para esta grande crise.*

Maria Raquel Freire

rfreire@fe.uc.pt

Licinia Simão

lsimao@ge.uc.pt

Maria Raquel Freire é investigadora do Centro de Estudos Sociais e Professora Auxiliar com Agregação de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde leciona na Licenciatura e Mestrado em Relações Internacionais e no programa de Doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos. É doutorada em Relações Internacionais pela Universidade de Kent, Reino Unido (2002), mestre em Relações Internacionais pela mesma universidade e licenciada em Relações Internacionais pela Universidade do Minho.

Licinia Simão é professora auxiliar em Relações Internacionais na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigadora do Centro de Estudos Sociais. É doutorada em Relações Internacionais (especialidade de Estudos Europeus) pela Universidade de Coimbra (2010). Em 2007 foi investigadora convidada do Centre for European Policy Studies (CEPS), em Bruxelas, e em 2010 foi professora e investigadora convidada de Academia da OSCE, em Bishkek, no Quirguistão. Entre 2010 e 2012 foi professora auxiliar convidada em Relações Internacionais na Universidade da Beira Interior.

*Este texto foi escrito a 28 de fevereiro de 2014.

No Radar

| Actualidade

VIVER A PAZ

Cada ano que passava, eu ficava grávida. Parecia que produzia bebés, como um animal. O meu marido mudou completamente agora: ele trabalha no campo comigo, ele é bom e nós somos como amantes, como quando éramos jovens e ele aceitou fazer planeamento familiar. (Luvungi, mãe de 8 filhos)

Depois do conflito terminar, não raras vezes, a violência continua para as famílias traumatizadas: as suas casas tornam-se no campo de batalha onde os homens procuram ganhar de novo um sentido de poder e de controlo perdido na sua vida. Mesmo nas sociedades mais pacíficas, mulheres e crianças são muitas vezes submetidas a violência e abusos de poder infligidos por homens. Quando os homens experienciam traumas fortes na guerra e no conflito, é mais provável que usem violência contra as suas famílias. Perda de propriedade, de saúde e da família como resultado da guerra afeta a identidade dos homens e o seu anterior estatuto de provedores de sustento nas suas famílias.

De acordo com uma investigação desenvolvida em 2012 pelo Promundo-EUA, a Sonke Gender Justice e o *Institute for Mental Health of Goma*, 73% dos homens na República Democrática do Congo (RDC) têm vergonha de enfrentar as suas famílias por não lhes conseguirem providenciar as suas necessidades mais básicas (Slegh, Barker, Ruratotoye e Shand, 2012). Mudanças nas dinâmicas e nas economias das famílias em resultado do conflito, combinadas com um sentimento de perda de poder, alimentam frequentemente a violência no seio das famílias.

Segundo a mesma investigação, 22% das mulheres e 10% dos homens, em Goma, experienciaram violência sexual (na qual um combatente era o perpetrador) durante o conflito. As mulheres que foram violadas afirmam ter perdido a sua reputação no seio da sua família, sendo muitas vezes expulsas desse coletivo: 43% dos homens concordam que “um homem deve rejeitar a sua mulher se ela tiver sido violada” (Slegh, Barker, Ruratotoye e Shand, 2012). Dados qualitativos mostram que, mesmo quando estas mulheres não são expulsas, estas sofrem níveis crescentes de violência no espaço doméstico devido à vergonha e à frustração sentida pelos seus parceiros.

Tal como uma mulher explicou: “A comunidade torna tudo isto difícil; o meu marido sente-se envergonhado e eu também. As pessoas não o

respeitam porque ele não tem trabalho e a sua mulher foi violada”. Muitas vezes as crianças também sofrem: “Ele bate no seu filho. Ele diz, ‘Eu tenho problemas por causa da tua mãe, é por isso que eu te bato’”.

Para restaurar a paz nas comunidades e em casa, é importante criar oportunidades para os homens e para as mulheres de reavaliarem as suas relações com os seus parceiros, assim como reequacionar o que significa ser homem e ser mulher para além do contexto da guerra. Tendo esta ideia como base, o Promundo, juntamente com parceiros locais, criou os grupos “Living Peace” (Viver a Paz, em português) – um programa que combina terapia de grupo e educação de grupo com mobilização da comunidade como formas de viver uma paz sustentável e reduzir o recurso dos homens à violência em cenários pós-conflito.

Um plano para “Living Peace” (Viver a Paz) em casa

O Programa do Banco Mundial LOGiCA (*Learning on Gender & Conflict in Africa*; em português, Aprender sobre Género e Conflito em África) apoia, desde 2012, o Promundo no seu trabalho com os parceiros locais no Burundi e RDC no desenvolvimento de Grupos Living Peace. Três currículos foram desenvolvidos, implementados e testados em Goma, RDC (com profissionais da Heal Africa e do Institute for Mental Health), no Burundi (com CARE Burundi) e em Luvungi, RDC (com Women for Women International). No total, foram criados 27 grupos ao longo de 10-15 semanas, constituídos por 324 homens, e, em alguns casos, pelas suas parceiras. Os três elementos principais desta abordagem são:

1. **Atividades comunitárias:** Recrutar e desenvolver grupos de terapia em colaboração com líderes e estruturas comunitárias.
2. **Restauração das relações sociais:** Reconstruir laços de forma a promover o respeito e tomadas de decisão partilhadas, apoiar a cura individual face ao trauma ou relações perdidas e desenvolver resiliência.
3. **Resolução de conflitos:** Desenvolver estratégias individuais, em casal, familiares e comunitárias de lidar com estas realidades de forma construtiva, culturalmente contextualizada e com enfoque no género.

No Radar
| Projecto

A metodologia é baseada em boas práticas desenvolvidas com programas de terapia social direccionados para homens e programas educativos que visam a transformação das relações de género desenvolvidos pelo Promundo e que foram avaliados por diferentes estudos de impacto por todo o mundo.

A mudança

De uma forma quase universal, homens e mulheres registaram mudanças positivas ao longo da investigação. Apesar de homens e mulheres reconhecerem serem ainda necessárias mudanças adicionais por forma a conseguir uma maior igualdade de género no espaço doméstico, reduzir a violência, e apoiar as necessidades de homens e mulheres relacionadas com o trauma – os participantes registaram de forma consistente as seguintes mudanças de comportamento, especialmente entre os homens:

- Redução de ingestão abusiva de álcool
- Controlo face à frustração e agressão
- Partilha de rendimento com a mulher e família
- Paz doméstica e crianças mais felizes
- Melhorias na saúde

É também importante notar – como indicador de impacto – que muitos grupos decidiram continuar as suas reuniões semanais por sua própria iniciativa, depois da fase piloto ter terminado. As seguintes frases são exemplos de como os participantes descreveram o impacto do programa:

Solidariedade e interligação social

O espírito do grupo, saberes que não estás sozinho, respeito, amor, cuidado, ajudou-me a mudar. (Homem, Goma)

Auto-reflexões e responsabilidade do grupo

Os outros homens ajudaram-me a descobrir os erros que cometi em casa, transformando a minha mulher numa escrava. Abriu-me os olhos. (Homem, Burundi)

Desenvolvimento económico

Fiz tijolos de lama e comprei folhas de ferro para fazer o telhado e atualmente estou a preparar o terreno para construir uma casa.

Nova. Isto não aconteceria se não fosse este programa de intervenção (Homem, Burundi)

Melhoria nas relações entre parceiros

Eu arrependo-me de todos aqueles anos em que eu era como um leão, bebia e batia na minha mulher e não tomava conta da minha família. Eu pedi-lhe para me perdoar as coisas. Nós agora falamos, partilhamos e vivemos em paz. (Homem, Luvungi)

Reconciliação

Eu fui violada pelo M23 e o meu marido rejeitou-me. Nós vivíamos em quartos separados. Depois da 4ª sessão, num Sábado, ele veio ao meu quarto e pediu-me para voltar para ele. Somos de novo um casal. Senti-me como no dia do nosso casamento. (Mulher, Goma)

Paz em casa

A minha casa está em paz hoje, a quantidade de paz que se vive lá consegue encher dez cestos. (Participante, Burundi)

Homens e mulheres acharam que os grupos *Living Peace* eram transformadores a muitos níveis. Ao permitir que eles reflectissem sobre o seu próprio trauma e criassem laços com os restantes membros do grupo, os participantes conseguiram levar os novos conhecimentos para as suas casas. Criou-se um ciclo de recompensas por viverem em paz: ligações sociais na comunidade, paz em casa, melhores relações com os seus parceiros, rendimento familiar mais elevado e crianças mais felizes.

Devido a estes resultados promissores, o Promundo está a trabalhar numa nova iniciativa: *Living Peace: men beyond war*. O website e a rede da iniciativa são meios para expandir os grupos *Living Peace* juntamente com parceiros locais em cenários pós-conflito. Pretende-se unir parceiros que lutem por políticas que apoiem a não-violência e a igualdade de género na construção da paz e no apoio da agenda de mulheres, paz e segurança ao nível nacional e internacional. Para mais informações, visitem www.menbeyondwar.org.

Promundo-EUA

O Promundo promove a igualdade de género e o fim da violência contra mulheres, crianças e jovens.

No Radar
| Projecto

Sotão

Sótão P@x

PublicaçõesGEP

Barker, Gary, Moura, Tatiana e Ratton, José Luís (2014) **A guerra não declarada contra os jovens negros brasileiros**, *Brasil Post*, http://www.brasilpost.com.br/tatiana-moura/a-guerra-nao-declarada-co_b_4738616.html

Barker, Gary (2014) **On International Women's Day, Is There a Place for Men?**, *The Hunffington Post*, http://www.hunffingtonpost.com/gary-barker-phd/on-international-womens-d_3_b_4881040.html

Barker, Gary (2013), **"A radical agenda for men's caregiving"**, *IDS Bulletin, Undressing Patriarchy: Men and Structural Violence*, 45,1, 85-90.

Barker, Gary e Kaufman, Michael (2013) **International Men's Day: When 365 Days Just Aren't Enough**, *The Hunffington Post*, http://www.hunffingtonpost.com/michael-kaufman-phd/international-mens-day-wh_b_4302641.html

Cravo, Teresa Almeida (2013) **Mandela, a esquerda e a direita**, Público, <http://www.publico.pt/mundo/noticia/mandela-a-esquerda-e-a-direita-1615609>

Carrapiço, Helena (2014) **Recensão crítica a Elizabeth Campbell** (2013), *Organised crime and the Law, Global Crime*.

Carrapiço, Helena; Daniela Irrera & Bill Tupman (2014), **"The Crime-terror nexus: different peas, same pod?"**, *Global Crime*.

Freire, Maria Raquel (2013) **"O fim da URSS e a nova Rússia: alinhamento de política externa e a sua vizinhança próxima"**, in Pedro Aires de Oliveira (org.), *O Fim da URSS, a Nova Rússia e a Crise das Esquerdas*. Lisboa: Edições Colibri.

Lopes, Paula Duarte (2013), **"A austeridade como ameaça à segurança humana"**, in Eduardo Paz Ferreira (org.), *A austeridade cura? A austeridade mata?* Lisboa: Lisbon Law School Editions.

Moura, Tatiana e Santos, Sofia José; (2014), **"Father's Day: How to Avert a Crisis of Care?"**, Men Care Blog, <http://www.men-care.org/Blog/Default.aspx?id=55>

Santos, Rita; Cravo, Teresa Almeida (2014), “Brazil’s rising profile in United Nations peacekeeping operations since the end of the cold war”, *NOREF Report*, Março.

Santos, Rita; Roque, Sílvia; Moura, Tatiana (2013), "Missed Connections: Representations of Gender, (Armed) Violence and Security in Resolution 1325", *RCCS Annual Review*, 5, 3-31.

Santos, Sofia José (2014), "A Guerra na Síria", *À lupa, Rede Angola*, <http://www.redeangola.info/especiais/siria-retrato-de-um-pais-em-guerra/>.

Santos, Sofia José (2013), "UNSCR 1325 National Implementation: challenges ahead", *IDN Cadernos*, 11, 183 - 193.

MARÇO

Gary Barker, Rita Santos, Sílvia Roque, Sofia José Santos, Teresa Maneca e Tatiana Moura participaram num seminário interno com Oystein Holter, da Universidade de Oslo, e Natko Geres, da ONG croata Status M, sobre “**Género e crise financeira na Europa**”, de 29 a 31 de março de 2014, Centro de Estudos Sociais, Coimbra.

Teresa Almeida Cravo apresentou a comunicação “**Security Sector Reform and the Rule of Law: A Critique of International Intervention in Contexts of Instability**”, 55ª Convenção Annual da International Studies Association, Painel “**Second Generation Security Sector Reform**”, Toronto, 27 de março de 2014.

Teresa Almeida Cravo apresentou a comunicação “**Criticality in Research**”, Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades, Universidade de Westminster, Cumberland Lodge, 21 de março 2014.

Teresa Almeida Cravo apresentou a comunicação “**Western Development Aid and the Construction of Success Stories**”, Departamento de Psicologia, Politics and Sociology Seminar Series, Universidade Canterbury Christ Church, 13 de março de 2014.

Daniela Nascimento apresentou a comunicação “**A influência dos Direitos Humanos na Diplomacia Portuguesa durante a II Guerra Mundial**”, Seminário sobre “**Diplomatas Portugueses durante a Segunda Guerra Mundial**”, Universidade de Coimbra/Fundação Aristides de Sousa Mendes, Coimbra, 21 de março de 2014.

Daniela Nascimento apresentou a comunicação “**Seremos todos iguais e Livres?: Os Direitos Humanos no mundo**”, Sessão CES vai à Escola, Agrupamento de Escolas de Pombal, 10 de março de 2014.

Sofia José Santos apresentou a comunicação “**Manobras mediáticas ou mediaticamente manobráveis? Media e política-externa dos Estados: o caso da não-intervenção na Síria**”, cadeira de Introdução à Diplomacia, Licenciatura Relações Internacionais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 13 de março de 2014.

Sofia José Santos apresentou a comunicação “**Media e diplomacia: modelos teóricos, debates e desafios**”, cadeira de Introdução à Diplomacia, Licenciatura Relações Internacionais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 12 de março de 2014.

FEVEREIRO

Rita Santos apresentou a comunicação "**Gendered 'gun wars' in Brazil: gendered representations of armed violence, self-defence and (in)security**", *Resisting war in the 20th century*, Instituto de História Contemporânea – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, 27 de fevereiro de 2014.

Sílvia Roque apresentou a comunicação "**Guerillas, gangsters and beyond: gender, violence and resistance in (wartime and) post-war El Salvador**", *Resisting war in the 20th century*, Instituto de História Contemporânea – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, 27 de fevereiro de 2014.

Teresa Almeida Cravo apresentou a comunicação "**Linking Rule of Law to Peacebuilding: The EU's Experience in the Security Sector Reform**", *Rule of Law Workshop: The Rule of Law as a Strategic Priority in the EU's External Action*, Centre for Global Governance Studies, Universidade Católica de Leuven, 28 de fevereiro de 2014.

Daniela Nascimento e Paula Duarte Lopes apresentaram a comunicação "**Portuguese development aid contribution to peace consolidation in Timor-Leste**", *Resisting War in the 21st Century*, Lisboa, 28 de fevereiro de 2014.

Daniela Nascimento apresentou a comunicação "**Para além das cinzas: uma análise crítica da cooperação portuguesa para o desenvolvimento em Timor Leste**", sessão de apresentação dos resultados finais do projecto: "Consolidação da paz e a sua sustentabilidade: as missões da ONU em Timor Leste e a contribuição de Portugal", financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia [PTDC/CPJ-CPO/115169/2009 - FCOMP-01-0124-FEDER-014433], Museu do Oriente, Fundação Oriente, Lisboa, 28 de fevereiro de 2014.

JANEIRO

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação "**Rússia, Ucrânia e a Segurança Europeia**", Course of National Defense 2013/2014, Instituto de Defesa Nacional (IDN), Porto, 7 de janeiro de 2014.

Teresa Almeida Cravo apresentou a comunicação "**The Performativity of Discourse: Western Development Aid and Mozambique's Success**", Department of Politics and International Relations Seminar Series, Universidade de Westminster, 28 de janeiro de 2014.

Daniela Nascimento apresentou a comunicação '**Seremos todos iguais e Livres?: Os Direitos Humanos no mundo**', Sessão CES vai à Escola, Escola Secundária da Murtosa, 20 de janeiro de 2014.

DEZEMBRO

Sílvia Roque, Tatiana Moura e Teresa Maneca estiveram em Maputo no âmbito do Projeto “**Adapting the International Men and Gender Equality Survey (IMAGES), to urban settings of Post-Conflict and Urban Violence**”, de 1 a 8 de dezembro de 2013, onde se reuniram com a equipa de investigação do Centro de Formação Jurídica e Judiciária e com outras instituições moçambicanas para apresentar e discutir o projecto.

Katia Cardoso entrevistou **Redy Wilson Lima**, professor convidado no Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (Cabo Verde) para o CES Podcast. Dezembro de 2013. Disponível em: http://saladeimprensa.ces.uc.pt/index.php?col=canalces&id=8791#.UrG4R_RdUo4

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “**Building what peace in Timor-Leste? UN intervention, bottom-up dynamics and (in)formal processes**”, Joan B. Kroc School of Peace Studies, Universidade de San Diego, San Diego, EUA, 2 de dezembro de 2013.

Licinia Simão apresentou a comunicação "**Europe whole and free once more? The European Union and its Eastern neighbours**", no Programa televisivo Kathedra (Televisão Estatal da Abkhazia), Universidade Estatal da Abkhazia, Sukhum/i, 4 de dezembro de 2013.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “**A União Europeia e a Rússia: que realidades, que desafios?**”, Universidade de Coimbra (FLUC), Coimbra, 17 de dezembro de 2013.

NOVEMBRO

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “**Intervention, legitimacy and enforcement in international interventions**”, Licentura em Estudos para a Paz e Justiça, Joan B. Kroc School of Peace Studies, Universidade of San Diego, San Diego, USA, 6 Novembro 2013.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “**The International System and Global Governance: The United Nations role in peacekeeping. The case of East Timor**”, Mestrado em Estudos para a Paz e Justiça, Joan B. Kroc School of Peace Studies, Universidade de San Diego, San Diego, EUA, 12 de novembro de 2013.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “**Conflict analysis, prevention and resolution: the role of the OSCE. The cases of Estonia and Moldova**”, Mestrado em Estudos para a Paz e Justiça, Joan B. Kroc School of Peace Studies, Universidade de San Diego, San Diego, EUA, 21 de novembro de 2013.

Katia Cardoso apresentou a comunicação “**Quando o sonho americano é interrompido. O impacto da deportação na vida dos imigrantes**”, Escola Secundária Dr. Manuel Fernandes, Abrantes, “O CES vai à escola”, 28 de novembro de 2013.

Daniela Nascimento presented the communication “**Relações Internacionais- uma abordagem teórica**”, *Workshop Geopolítica - elementos de estudo*, Aveiro, ISCIA, 29 de novembro de 2013.

OUTUBRO

Teresa Almeida Cravo recebeu o prémio 2013 Best PhD Student Paper Prize da European International Studies Association (EISA).

Daniela Nascimento apresentou a comunicação “**Ação Humanitária, Cooperação e Desenvolvimento: Sudão**”, *IV Curso de Operações de Paz e Ação Humanitária (OPAH)*, Ius Gentium Conimbrigae – Centro de Direitos Humanos, Brigada de Intervenção, Coimbra, 12 de outubro de 2013.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “**Novas Guerras e Resolução de Conflitos: o caso Moldova/Transnistria**”, *IV Curso de Operações de Paz e Ação Humanitária (OPAH)*, Ius Gentium Conimbrigae – Centro de Direitos Humanos e Brigada de Intervenção, Coimbra, 12 de outubro de 2013.

Teresa Almeida Cravo apresentou a comunicação “**The Construction of Mozambique’s Success**”, International Relations Research Seminar Series, Universidade de St. Andrews, Reino Unido, 14 de outubro de 2013.

José Manuel Pureza apresentou a comunicação “**Entre o luso-tropicalismo e o pós-colonialismo: Portugal e as operações de paz nos países africanos de língua oficial portuguesa**”, International Seminar on “*Descolonizando as Relações Internacionais: as contribuições dos Estudos Pós-Coloniais*”, organised by Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2013.

José Manuel Pureza apresentou a comunicação “**The Euro crisis through postcolonial lens**”, Seminário Internacional “*Descolonizando as Relações Internacionais: as contribuições dos Estudos Pós-Coloniais*”, organizado pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2013.

Teresa Almeida Cravo apresentou a comunicação “**Security Sector Reform versus Everyday Politics: The Case of Guinea-Bissau**”, Warwick Graduate Conference in Security Studies, Universidade de Warwick, Reino Unido, 31 de outubro de 2013.

NOVA PARCERIA

CES estabeleceu uma nova parceria com o **Promundo-Europa**, a nova delegação do Instituto Promundo (Brazil), inaugurada em Coimbra no dia 14 de Janeiro de 2014. Esta parceria tem como objetivo promover a investigação e intervenção em masculinidades e relações de género dentro do atual contexto europeu de crise financeira e económica, assim como desenvolver, avaliar e expandir programas e campanhas que promovam a igualdade de género, a redução e prevenção da violência e a justiça social. Para mais informações, visite: www.promundo.org.br.